

Economia



CHAMADAS ABUSIVAS

Anatel vai bloquear empresas

Firmas que fazem ligações de até 5 segundos vão ficar sem poder operar por 15 dias



FOLHA DE PAGAMENTO

DISPUTA NO SUPREMO

Pacheco recorre da decisão de Zanin que suspendeu desoneração. Fux pede vista

GABRIEL SARÓIA, GERALDA DOCA, SÉRGIO RODRIGUES, MANUEL VENTURA E ANA FLÁVIA FILHO

O Senado Federal recorreu ontem da decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu suspender a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia que empregam mais de 9 milhões de pessoas. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reuniu-se pela manhã com técnicos da Casa para preparar o recurso. Em seguida, criticou a Advocacia-Geral da União (AGU), que entrou com o pedido, e cobrou corte de gastos pelo governo federal.

—(A) petição que parece muito catastrófica da AGU, como se a desoneração da folha fosse o grande mal do país, e os municípios brasileiros, o grande problema. É preciso, então, ter uma ampla discussão agora sobre gasto público e corte de gastos por parte do governo federal. Qual é a proposta do governo? Além de arrecadar, qual é a proposta do governo para equilibrar as contas? A noite, o ministro do Supremo Luiz Fux pediu vista (mais tempo para avaliação) e interrompeu a análise da Corte. Até o momento, acompanharam Zanin os ministros Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin.

O pedido de vista não afeta a liminar, ou seja, permanece suspensa a desoneração da folha. A decisão de Zanin está sendo avaliada pelo plenário virtual do STF até 6 de maio. Pacheco disse que o Congresso foi surpreendido com a decisão do governo de acionar o Judiciário e que o erro foi não apenas técnico, mas político. A petição com o pedido da AGU é assinada por Lula e pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

—(O assunto) surpreendeu a todos, especialmente pelo momento que nós estamos vivendo de discussão e busca por alinhamento entre o governo federal e o Congresso Nacional — afirmou Pacheco, acrescentando que “a indignação é com o governo e não com o Judiciário”.

‘PRECIPITAÇÃO INTELIZ’

Zanin também suspendeu a desoneração de municípios de pequeno e médio porte, afirmando que ela foi aprovada sem demonstração do impacto financeiro. No recurso, o Senado argumenta que o impacto orçamentário e financeiro já era conhecido do Congresso, pois se tratava de programa vigente e em execução no Orçamento de 2023 e que a Constituição “não exige que sejam apontadas fontes de compensação”. E afirma que a Reforma da Previdência, de 2019, autorizou a prorrogação da desoneração.

“O fato é que havia expressa autorização constitucional para a prorrogação do regime de desoneração”, argumenta o recurso do Senado.

O texto conclui que é “desengano equívoco da ilação” de que a desoneração tenha de algum modo imposto um gasto excessivo ou desarrastado ao Executivo, ou que possa causar “o esvaziamento do regime fiscal” da União. “Trata-se de legítima escolha política, cujo mérito cabe unicamente ao Poder Legislativo”.

Pacheco chamou a ação do governo de “precipitação, descontextualizada e fora do momento”, lembrando que o Congresso debate a limitação do Pense — programa para o setor de eventos e que é uma das prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele ainda recordou o alinhamento da sessão do Congresso que discutiria vetos que preocupam o governo e elencou medidas da Fazenda aprovadas pelos parlamentares que deram fôlego às contas públicas.

— Em relação a decisões judiciais, não se faz ataques. Sempre respeitaremos decisões judiciais. O que nos gerou perplexidade foi o comportamento do governo federal. Isso alimenta o fenômeno da judicialização

da política — disse Pacheco. — É preciso, sempre, exaurir a discussão política antes da judicialização. Foi uma precipitação infeliz do governo federal.

Em nota, após a fala de Pacheco, Messias disse que a atuação da AGU “sempre se pautará pelo mais elevado respeito institucional aos Poderes da República”.

— Há o cumprimento restrito da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não há, definitivamente, inconstitucionalidade de alguma nesta prorrogação — afirmou Pacheco.

‘INSEGURANÇA JURÍDICA’

Parlamentares também criticaram a ação do governo, evidenciando uma nova crise entre o Congresso e o Executivo. O senador Efraim Filho (PB), líder do União Brasil no Senado e autor do projeto que prorroga a desoneração, disse que o governo optou por não debater o assunto no ano passado, quando a medida foi aprovada. Lula vetou a desoneração, mas o veto foi derubado no Congresso. Logo depois, o governo editou

uma medida provisória revendo a desoneração. Mas Lula desistiu da MP este ano, após forte resistência do Congresso, e propôs um projeto prevendo a renovação gradual dos setores.

— A relação entre os Poderes fica prejudicada com isso, em nada ajuda o governo abandonar um projeto recorrendo à Justiça — disse Efraim Filho.

O deputado Felipe Carreras (PSB-ES) também criticou o fato de o governo recorrer ao Judiciário:

— É como se não aceitasse uma decisão democrática do Congresso. Isso me preocupa, é um precedente perigoso. Será que sempre que o Congresso discordar do Executivo a Justiça será procurada? Defendo sempre o respeito, e esta atitude não ajuda a relação entre os Poderes.

Para o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), o governo faz “uso seletivo” da Lei de Responsabilidade Fiscal:

— Há um governo que não controla os gastos, aumenta receitas, onde está o exemplo?

A deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto na Câmara,

lembrou que o texto foi debatido durante todo o ano de 2023:

— Isso traz uma insegurança jurídica muito grande ao país, pelo fato de recorrer ao Judiciário pela incapacidade de interlocução. Sem falar no impacto que isso pode trazer às empresas dos setores empregadores. O custo de vida de todas as famílias brasileiras será impactado por isso. O governo mostra uma total falta de habilidade política e de vontade de debater.

A proposta de desoneração da folha substituiu a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores que são grandes empregadores, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Essa troca diminui custos com contribuições para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

No caso dos municípios com menos de 156 mil habitantes, a alíquota da Previdência caiu de 20% para 8%.

Pacheco e o recurso do Senado citaram ainda prece-

dente do Supremo. Em 2021, o então ministro do STF Ricardo Lewandowski — hoje ministro da Justiça — votou para rejeitar outro pedido da AGU contra uma prorrogação anterior da desoneração das empresas.

No voto, Lewandowski afirmou que “desoneração da folha de pagamento é medida criada ainda no ano de 2011, precisamente com o intuito de gerar empregos e reduzir a carga tributária para as empresas, não se enquadrando, a toda evidência, no conceito de novo benefício”. O julgamento não chegou a ser concluído.

O Falcão de Planalto quer usar a decisão de Zanin, por sua vez, para forçar uma negociação com parlamentares. Haddad conversou sobre o tema com Pacheco ontem pela manhã.

CRÍTICAS DE ASSOCIAÇÕES

Representantes dos setores de transportes, construção civil, indústria têxtil, proteína animal e telemarketing criticaram a liminar. Eles afirmam que isso aumenta a insegurança jurídica e tem impactos em empregos.

Em nota conjunta, afirmaram que a iniciativa invalida todo o trabalho do Congresso e promove “imprevisibilidade tributária grave, inclusive com relação a investimentos e contratações de trabalhadores realizadas com a confiança na legislação aprovada”.

— As empresas já se planejaram, contrataram pessoas, precificaram seus produtos e mexeram em seus contratos de exportação. Precisamos de um ambiente que favoreça a contratação e preservação dos empregos, e para isso é preciso reduzir o custo do trabalho — afirmou o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel.

A Abit estima que a indústria têxtil e de confecção emprega mais de 1,3 milhão de pessoas diretamente. Se considerados os empregos indiretos, são mais de 4 milhões.

Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), ressaltou que a desoneração da folha simplesmente altera a forma de cobrar o imposto. E criticou a ação do governo:

— Vamos comemorar o Dia do Trabalho com desemprego por conta do governo dos trabalhadores.

Já o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Renato Correia, disse em nota que a liminar do governo reforça a imprevisibilidade e a insegurança jurídica para as empresas. “A construção trabalha com ciclos de produção e planejamento de longo prazo”, ressaltou.

Marcus Bicalho, diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), lembrou que a desoneração da folha havia sido repassada aos preços das passagens e, se esta deixar de valer, as tarifas podem aumentar, o que teria impacto na inflação.



Defesa do projeto. “Não há, definitivamente, inconstitucionalidade alguma nesta prorrogação”, afirmou o senador Rodrigo Pacheco

“É preciso ter uma ampla discussão agora sobre gasto público e corte de gastos. Além de arrecadar, qual é a proposta do governo para equilibrar as contas?”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

“O custo de vida de todas as famílias brasileiras será impactado por isto. O governo mostra uma total falta de habilidade política e de vontade de debater”

Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto na Câmara

“Vamos comemorar o Dia do Trabalho com desemprego por conta do governo dos trabalhadores”

Ricardo Santin, presidente da ABPA